

O COMÉRCIO INTERNACIONAL COMO PROMOTOR DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

o caso da América do Sul¹

Rafael Dornelles Feler²

Resumo

Neste trabalho procura-se observar a relação entre o comércio internacional de bens e serviços e o crescimento econômico das nações, buscando questionar se o comércio internacional funciona como promotor de crescimento econômico. Após breve descrição das teorias nas quais se baseiam a maioria dos trabalhos sobre o tema, observa-se a ausência de resultados conclusivos em observações empíricas tanto quanto à intensidade quanto à causalidade da relação analisada. A partir da observação histórica e do estudo do caso das economias da América do Sul, conclui-se então ser a política comercial uma ferramenta econômica para a promoção do crescimento econômico, a ser usada da maneira como for requerida pelo contexto externo e a situação macroeconômica interna, estando suscetível a mudanças ao longo do tempo.

¹ Esse artigo é baseado em parte de um trabalho (FELER, 2010), defendido em janeiro de 2010, no Instituto de Economia da UFRJ. O autor agradece a José Luís Fiori, Franklin Serrano, Carlos Medeiros, Armando Castelar, Maurício Moreira, Raphael Padula, Renato Baumann, Reinaldo Gonçalves, Frederico Jayme Jr., Jagdish Bhagwati, Prabirjit Sarkar, Daniel Brum e Ricardo Barboza pelo tempo dedicado na ajuda direta para elaboração deste artigo. A responsabilidade quanto ao conteúdo, no entanto, é inteiramente do autor.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Economia da UFRJ, e-mail: rafaelgeler@ufrj.br

Abstract

In this paper it is intended to look at the relationship between international trade of goods and services and economic growth of nations, seeking to question whether international trade works as a promoter of economic growth. After a brief description of the theories that are based on the majority of studies on the subject, it is seen a lack of conclusive results on empirical observations such about the intensity as about the causal relationship analysis. Based on historical observation and case study of the economies of South America, it is seen that trade policy appears to be a tool for economic promotion of economic growth, to be used the way it is required by the external environment and domestic economic situation, being susceptible to changes over time.

“Free trade is not a principle, it is an expedient.”

Benjamim Disraeli, ex-primeiro-ministro britânico
(1868-1868 e 1874-1880)

“It is a condition which confronts us – not a theory.”

Stephen Grover Cleveland, ex-presidente dos EUA
(1885-1889 e 1893-1897)

Introdução

Se por economia se entende o estudo das atividades e do comportamento do homem frente à relação entre suas ilimitadas necessidades a serem satisfeitas e seus escassos recursos que se prestam a usos alternativos³; relacionar os diferentes tipos de atividade econômica entre si é a mais comum das atividades de um economista. No entanto, a forma como se relacionam tais atividades não possui dedução tão lógica quanto parece.

É natural imaginar que o incremento de trocas internacionais leve à maior prosperidade econômica, no entanto, questiona-se freqüentemente se essa afirmativa é válida para todos os casos.

O debate a respeito da relação entre comércio internacional e crescimento econômico para um determinado país passa, na realidade, pela teoria sob a qual cada economista enxerga o funcionamento do sistema internacional.

³ Adaptado da definição de Lionel Robbins (ROBBINS, 1945).

De modo geral, aceita-se uma associação positiva entre abertura internacional e crescimento, que não viria apenas por meio do comércio, mas, também, pela abertura a fluxos financeiros entre países. No entanto, a robusta literatura que abrange o tema aponta grande número de controvérsias não só quanto à teoria da qual se parte, mas, também, quanto à metodologia usada na análise da relação dos fatores citados. Tanto ao se tratar de comércio, quanto ao se analisar fluxos financeiros, como, por exemplo, investimento externo direto, a associação com o crescimento é constantemente posta à prova e, ainda que constatada, a relação de causalidade existente é ainda mais questionada.

O presente artigo pretende elucidar as principais questões de debate e os fundamentos mais aceitos ao se analisar os efeitos do comércio internacional sobre o crescimento. Posteriormente, será mostrado como tais efeitos influenciaram as economias sul-americanas nos últimos anos.

Para tal, o artigo divide-se em quatro capítulos principais: este primeiro introduz o tema a ser tratado e seu grau de relevância no debate econômico atual, além de dissertar sobre as principais teorias de comércio internacional e crescimento econômico, sem, no entanto, entrar no mérito da validade ou não de cada teoria; num segundo capítulo, são apontados resultados empíricos observados em diversos trabalhos de referência internacional sobre o tema; no terceiro capítulo, a intenção é observar o relacionamento entre comércio e crescimento econômico no subcontinente sul-americano; por fim, o quarto capítulo resume as observações realizadas e conclui o artigo reconhecendo possíveis limitações do mesmo e fazendo sugestões para futuros trabalhos complementares.

A respeito das teorias de comércio internacional e crescimento econômico, para os fins pretendidos nesse artigo, é mais valioso ressaltar apenas o debate acadêmico que serve de base para o desenvolvimento de trabalhos sobre o tema na economia atual. De modo abrangente, o que se vê é, de um lado, economistas de correntes mais liberais, assumindo pressupostos neoclássicos e defendendo teorias de crescimento endógeno e exógeno, nas quais a tecnologia costuma aparecer como fator central ao crescimento econômico. Segundo tal visão, o comércio internacional promove o crescimento por geração de bem-estar microeconômico, mas mais relevantemente por permitir a troca e a evolução tecnológica.

De outro lado, autores de correntes mais heterodoxas, partidários ou não do chamado princípio da demanda efetiva keynesiano, se posicionam de forma mais cética quando à funcionalidade do comércio internacional. Estes, ao enxergar a economia movida mais profundamente pelo lado da

demanda, presumem que o comércio é favorável na medida em que aumenta a demanda por certos produtos para a exportação. No entanto, pode ser prejudicial ao reduzir de forma igual a demanda por produtos internos que seriam substituídos por produtos importados, o que, por fim, frearia o desenrolar do crescimento econômico de uma nação.

É com tal pano de fundo teórico que se realizaram ao longo do tempo, estudos que tentavam buscar comprovar empiricamente como se dava na prática a relação entre comércio internacional e crescimento econômico. É centrado nesses estudos que se desenvolve o capítulo que se segue.

Abertura comercial e crescimento econômico das nações – estudos empíricos

A proposta do capítulo que se inicia é observar como trabalhos reconhecidos analisam empiricamente o relacionamento entre esse constante crescimento dos fluxos internacionais de comércio com o crescimento econômico das nações que deles participam.

Uma breve perspectiva histórica

Desde o surgimento dos Estados-nações, assumidamente a partir da Paz de Westphalia, de 1648, com o reconhecimento do princípio da soberania, ou mesmo desde antes desse marco histórico, nota-se, até os dias atuais um crescente incremento das trocas comerciais internacionais.

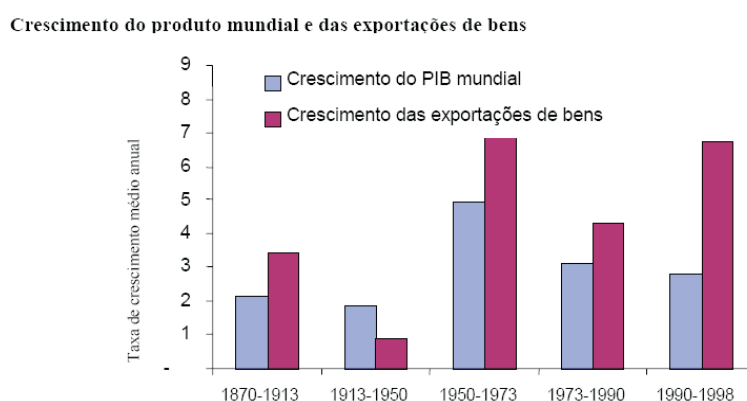
Uma primeira onda de aceleração do comércio foi notada ao longo do século XIX com o fim do mercantilismo, a revolução industrial e a sucessiva *Pax Britânica*. Contribuíram para isso alguns aspectos políticos e algumas transformações econômicas do período, tais quais a maior mobilidade internacional de capitais, a maior mobilidade mão-de-obra, caracterizada pelas grandes migrações e a expansão internacional do padrão-ouro.

Não seria correto, no entanto, se afirmar, ainda, uma tendência ao livre-comércio. Longe disso, a norma no período foi a regulação e o protecionismo comercial realizados pela maioria das economias livres. Assim, a expansão do comércio internacional veio muito atrelada às relações exclusivas entre metrópoles e colônias ou imposições comerciais de países mais fortes sobre economias mais fracas ou estados mais fracos militarmente, como os casos de imposições de comércio pela Ingla-

terra sobre o Japão, China, Índia e Império Otomano. Costuma-se afirmar, portanto, que, ao menos durante o final do século XIX, foi o crescimento econômico mundial que puxou a crescimento do comércio e não o inverso.

A dinâmica crescente do comércio internacional permaneceu ainda no início do século XX até que as duas Guerras Mundiais e a Crise de 29 interrompessem essa trajetória ascendente. A reação imediata aos momentos turbulentos da história mundial foi um menor crescimento econômico e um menor fluxo de comércio internacional, tal como observado no gráfico abaixo.

Gráfico 1: PIB e exportações mundiais (1870-1998)



Fonte: CEPAL, 2002.

Pode-se notar que o momento que se segue à II Guerra, é de grande expansão do fluxo de comércio e crescimento, condicionados ao molde realizado pelos vencedores do conflito e à estrutura geopolítica bipolar. Houve criação de acordos, como o Gatt, e de instituições como o Banco Mundial, a ONU e o FMI, numa reforma do mundo capitalista que acaba por estimular o incremento das trocas internacionais de bens, serviços e capitais.

Uma queda generalizada do ritmo de crescimento do comércio internacional é notada a partir da década de 70, com as crises do petróleo e fim do padrão ouro-dólar, embora regiões específicas como os tigres asiáticos, o Japão e os países exportadores de petróleo tenham apresentado

constante crescimento tanto econômico quanto do comércio internacional.⁴

Uma nova aceleração do comércio internacional vem com a chamada década neoliberal, em 1990, com a queda da URSS, com a expansão ainda mais potente da hegemonia norte-americana e com a ascensão de emergentes como Brasil, Rússia, China e Índia. Isso, como se observa no gráfico acima, não implicou um crescimento mais acelerado do produto interno bruto mundial. As diferentes trajetórias entre comércio internacional e crescimento suscitaram, ao longo de diversos períodos, numerosos estudos sobre diversas metodologias que, não tão espantosamente, apontaram diversos resultados, aos quais se pretende analisar.

Estudos e críticas empíricas da relação

A economia moderna torna cada vez mais comum o uso de métodos quantitativos, notadamente a econometria, para a análise das relações entre fatores econômicos e baseados em tais métodos, foram realizados a maioria dos estudos a serem analisados em seguida. No entanto, o método analítico político-histórico aparece como complemento necessário ao anterior, assim, trabalhos com tal viés devem também ser incluídos como fonte de informações a serem observadas nos parágrafos que se seguem.

Os possíveis efeitos empíricos resultantes de uma maior abertura comercial sobre o crescimento econômico são variados e vão desde externalidades positivas a desincentivos à inovação. Se, por um lado, é possível imaginar que a incorporação de tecnologia e a adoção de inovações estariam dentre os principais aspectos positivos da abertura comercial a um país em desenvolvimento, por outro, é possível um resultado à *la Schumpeter*, no qual o aumento da competição oriunda de agentes externos reduza os lucros esperados, desencorajando as inovações locais por serem obsoletas e dando voz ao princípio da destruição criadora do autor austro-húngaro.

Em geral, modelos de séries temporais longas para países analisados individualmente costumam indicar ausência de correlação estatisticamente significativa entre abertura comercial e crescimento econômico. Já, quanto a modelos econométricos para grandes bases de dados em Cross-Section,

⁴ Um quadro-resumo com a participação das regiões no comércio internacional desde 1870 e outras informações sobre comércio mundial, baseados em dados de MADDISON, 2001 e da CEPAL, 2002, encontram-se no Anexo I do trabalho.

observa-se correlação ligeiramente positiva. Há ainda alguns estudos feitos com modelos de *Computable General Equilibrium* (CGE), que são descendentes dos modelos *output-input* de Leontief e são feitos a partir de grandes e detalhadas amostras de dados, rodados com relação às suas elasticidades, objetivando analisar os efeitos das mudanças em um fator econômico sobre os demais. Para tais modelos, os resultados observados também costumam ser de ausência de correlação estatisticamente significativa entre comércio internacional e crescimento econômico.

A tendência é bem observada em estudo de Sarkar (SARKAR, 2007) feito para uma amostra de 51 países em desenvolvimento, de 1981 a 2002. Os resultados apontam uma pequena relação positiva entre comércio e crescimento na análise do tipo *cross-section*, e ausência de correlação de longo prazo em séries temporais para as economias dos países tomadas individualmente, mesmo quando se observa os países do leste asiático.

Um famoso estudo de Frankel e Romer (FRANKEL, ROMER, 1999) parte do ponto de vista de haver pequena evidência persuasiva sobre a relação entre comércio e renda. No entanto, ao inserir um componente geográfico, os autores encontram um resultado que aponta uma relação quantitativamente robusta entre o comércio internacional e a renda, embora não tenham encontrado solução quanto à questão da causalidade entre os dois fatores.

Vale observar no último estudo, por exemplo, que os dois autores são também formuladores de relevantes teorias neoclássicas de crescimento. É preciso portanto levar em conta a presença dos pressupostos neoclássicos na formulação dos modelos com endogeneidade realizados pelos autores no estudo citado.

Em contraposição, importantes trabalhos foram elaborados por Rodrik e Rodríguez (RODRÍGUEZ, RODRIK, 2000), criticando estudos como o supracitado que sustentam a tese de que seria o comércio internacional importante para o crescimento econômico nacional (o próprio estudo de Frankel e Romer é criticado). Os autores alegam distorções metodológicas e negam haver relação entre políticas comerciais e crescimento econômico. Conforme os próprios autores: “We find little evidence that open trade policies—in the sense of lower tariff and non-tariff barriers to trade—are significantly associated with economic growth.”(p.2)

Em estudo para o Banco Mundial, David Dollar e Aart Kraay (DOLLAR, KRAAY, 2003) também criticam o artigo de Romer e Frankel, alegando haver grandes variações de âmbito institucional a serem levadas

em conta juntas às variações de comércio ao se analisar o impacto sobre o crescimento econômico. A partir deste ponto de vista, os autores afirmam não poderem assegurar que fluxos de comércio internacional são determinantes relevantes no crescimento econômico de longo prazo, principalmente a partir do momento em que se observam também fatores históricos e geográficos como variáveis influentes no desempenho econômico e comercial de uma nação.

A teoria neoclássica leva facilmente à intuição de que a abertura comercial seria claramente vantajosa no que se refere ao crescimento econômico do país. Assume-se que, com a abertura, além de se obter vantagens comparativas decorrentes de ganhos de escala ou de especialização na produção do bem cujo fator de produção é abundante nas dotações nacionais, costuma-se admitir ganhos no progresso técnico por incorporação de novas tecnologias em equipamentos importados. Vale lembrar que o progresso técnico seria o grande propulsor das taxas de crescimento de uma economia. Ademais, há a alegação de que a maior concorrência geraria ainda ganhos de produtividade das firmas nacionais.

Contudo, como se observa pela leitura de trabalhos empíricos, nem todo resultado teórico previsto pode ser realmente confirmado. Ainda os trabalhos que apresentam como conclusão uma correlação positiva entre comércio internacional e crescimento econômico, não conseguem fugir do questionamento – por sinal, muito comum ao analisar a interação de fatores econômicos – sobre qual seria a direção da causalidade, em outras palavras, não se sabe ao certo se o incremento do comércio internacional traria o crescimento econômico nacional ou o contrário.

Mesmo em análises de caráter mais histórico do relacionamento entre comércio e desenvolvimento econômico, a complexidade da inter-relação e da causalidade do relacionamento entre as variáveis não deixa de existir. Jagdish Bhagwati e Srinivasan já ressaltavam em 1979, em capítulo baseado na observação histórica e teórica do relacionamento entre políticas comerciais e desenvolvimento, a complexidade do tema tratado (BHAGWATI, 1985): “The interaction between international trade and development is a subject of such a complexity that it has rarely ceased to attract the attention of economic theorists, analysts of the world economy, and designers of the international economic system.”(p.88)

Também analisando historicamente os trinta anos anteriores a 1988, quando publicado em livro de Anne Krueger, um artigo de Finch e Michalopoulos mostra a complexidade inerente aos determinantes de cres-

cimento econômico e relações comerciais internacionais (FINCH, MICHALOPOULOS, 1988):

“There is abundant evidence based on the experience of the last thirty years that economic growth in developing countries is closely related to their exports growth. Export growth in turn is only partly the result of demand-side factor deriving from the economic performance and trade policies of OECD countries, which constitute the developing countries’ main markets. Increasingly the evidence suggests that differences in export growth performance of developing countries can be explained by their own policies and attitudes towards international trade.”(p.88)

Em outro famoso artigo, Jeffrey Sachs e Andrew Warner (SACHS, WARNER, 1995) veem impactos positivos da abertura comercial sobre o crescimento econômico de países em desenvolvimento, embora admitam a imprecisão dos resultados pela dificuldade de se isolar o impacto da política comercial no desempenho de uma economia. Os autores observam que, normalmente, junto com a abertura comercial, outros fatores econômicos costumam ser alvos de mudanças políticas. Segundo eles, alterações na estabilidade macroeconômica e políticas diferenciadas para a promoção de desenvolvimento tecnológico, por exemplo, foram comuns em grande parte dos casos de abertura comercial analisados e podem ter mais responsabilidade sobre o crescimento econômico ocorrido em seguida.

Estendendo o estudo de Sachs e Warner para a década de 90, Wacziarg e Welch (WACZIARG, WELCH, 2003), encontraram, perante minuciosa análise caso a caso das aberturas comerciais ocorridas no período, tentando incluir aspectos históricos e políticos, um resultado que correlaciona positivamente comércio internacional e crescimento. No entanto, a ressalva feita por Sachs e Warner permanece válida, já que a década de 90 não foi só marcada pela abertura comercial das economias emergentes, como também por diversas alterações estruturais internas às mesmas. A possibilidade da ressalva ser válida ganha ainda mais relevância na medida em que o resultado de uma análise *cross-section* contida no mesmo artigo não consegue observar correlação significativa entre comércio e crescimento para a mesma amostra de países.

A questão ressaltada por Sachs e Warner deve ser considerada ao longo da leitura deste artigo. Questões similares são de grande frequência em um dos debates mais recorrentes a respeito de estratégias de desenvolvimento, principalmente no Brasil. É comum a leitura de estudos comparativos relacionando o desenvolvimento dos países do leste asiático – particularmente a Coreia do Sul – com o desenvolvimento da economia brasileira na segunda metade do século XX.

Dentre tais estudos, não é difícil achar textos que almejam encontrar na comparação Brasil x Coreia do Sul, ou Brasil x Tigres Asiáticos, a resposta para o questionamento sobre a estratégia de desenvolvimento ideal seria aquela voltada para dentro, ou a baseada em exportações e em uma maior abertura comercial. Nestes casos, a resposta é quase sempre imediata em favor da abertura comercial. Isso porque, a partir de uma observação retroativa, nota-se que os países asiáticos tiveram maiores e mais constantes taxas de crescimento econômico e se encontravam, já no início da década de 90, em um nível de desenvolvimento muito superior ao apresentado pela instável economia brasileira.

Contudo, atrelar ao grau de abertura comercial o resultado com que se deparou na década de 90, ao se comparar as economias das duas regiões, é ignorar as enormes diferenças existentes dos pontos de vistas estrutural, cultural e macroeconômico entre as nações estudadas.

Anne Krueger e Jagdish Baghwati (BHAGWATI, KRUEGER, 1973), por exemplo, sustentam o êxito econômico obtido na Coreia do Sul e não obtido na Índia ou no Brasil, baseados no comportamento assimétrico do modelo de promoção de exportações adotado pela Coreia – que teria sido um sucesso – *vis-à-vis* o modelo de substituição de importações adotado pela Índia ou pelo Brasil.

As posições estruturais diferentes entre a economia coreana e a brasileira no início dos anos 60 e as posições estratégicas do âmbito social e político influenciaram tanto os diferentes rumos das duas economias quanto à posição econômica externa tomada por cada um dos governos.

Além da estratégia de expansão econômica baseada na abertura comercial voltada para as exportações, alguns fatores foram marcantes para que o desenvolvimento econômico coreano lograsse sucesso, enquanto o brasileiro não (ou ao menos não nas mesmas proporções).

Primeiramente, é importante destacarem as diferenças do ponto de vista geográfico entre Brasil e Coreia. A escassez de terras produtivas, recursos naturais e uma das maiores densidades demográficas do mundo

diferenciam fundamentalmente as possibilidades de estratégias econômicas a serem adotadas pelo governo coreano. Como destaca Baumann (BAUMANN, 2002):

“O padrão típico de desenvolvimento econômico encontrado nos países da América Latina é determinado pela relativa abundância de recursos naturais, seja para exploração mineral, seja para a expansão extensiva da fronteira agrícola. A experiência coreana é diametralmente oposta.”(p.4)

Além disso, o maior investimento em educação, pesquisa e tecnologia aliado à já melhor capacitada mão-de-obra existente na Coréia dos anos 60, são pontos positivos freqüentemente citados como razões do sucesso econômico. Outro fator relevante também destacado por Attanasio e Székely (ATTANASIO, SZÉKELY, 2000) e também por Baumann (BAUMANN, 2002):

“Esse crescimento ocorreu – à diferença do padrão latino-americano - com distribuição de renda: em 1980 a Coréia tinha uma estrutura de distribuição de renda melhor que os EUA e Japão (os 20% mais ricos tinham renda 4.2 vezes superior à dos 20% mais pobres; nos EUA essa proporção era de 7.5 e no Japão 4.4). O coeficiente de Gini era de 0,34 na década de 60, 0,39 na década de 70 e 0,36 nos anos 80. Os indicadores correspondentes para o caso brasileiro foram de 0,53, 0,60 e 0,57, respectivamente.”(p.2)

Há ainda uma série de outros fatores, cujo debate fugiria demais aos objetivos deste capítulo, que também influenciaram um melhor desempenho econômico por parte da Coréia com relação ao Brasil que não passam pela política comercial adotada por cada uma das partes. Com isso, não é crível a afirmação pura e simples de que a estratégia de abertura comercial coreana seria mais eficiente no intuito de se obter crescimento econômico. Tentar isolar o efeito da política comercial sobre o crescimento econômico tampouco é tarefa simples.

Os problemas facilmente observáveis no caso exposto são ainda mais presentes ao se analisar empiricamente uma base de dados de diferentes países para comércio e crescimento. No entanto, a dificuldade não torna as tentativas inócuas. Os estudos das relações comércio e crescimento, ainda que relativamente imprecisos, são de grande e crescente importância. O aumento contínuo da chamada globalização intensifica e acelera as trocas comerciais internacionais e o uso deste fato como instrumento favorável ao crescimento torna de grande relevância qualquer estudo sobre o assunto.

Conclui-se, então, que tanto a dificuldade de se isolar o efeito do comércio internacional dos efeitos das demais mudanças da economia como a dificuldade de se determinar as relações de causalidade entre comércio internacional e crescimento determinam a imprecisão de qualquer – ou ao menos da grande maioria – dos estudos realizados nessa área.

No presente artigo, não se tem a ilusória pretensão de superar tais dificuldades, mas sim, tentando ao máximo compreendê-las e levá-las em conta, analisar o histórico e a perspectiva comercial da região sul-americana. A percepção inicial é a de que a política comercial pode ser usada como uma ferramenta econômica adaptável a cada economia em particular e a cada momento da economia internacional (e nacional), sem ter, portanto, que obedecer a teorias normativas pró-abertura ou pró-nacionalismo econômico todo o tempo, quando se busca o crescimento econômico. Com isso espera-se sugerir quais aspectos das estratégias comerciais da região foram ou não úteis ao seu crescimento e quais ainda poderiam ser. É o que pretendemos mostrar no capítulo que se segue.

O caso do comércio internacional e do crescimento sul-americano

Em extenso estudo realizado pela Comissão Econômica para a América Latina da União das Nações Unidas (CEPAL, 2002), fez-se uma classificação quanto aos tipos de exportação, de acordo com seu dinamismo internacional, da seguinte forma:

“A análise do dinamismo do comércio internacional pode ser comparada à “competitividade evidente” entre as diversas regiões, tal como evidenciada por sua participação nos diferentes itens.

Isto dá lugar a quatro grupos: (a) produtos dinâmicos, em cujo comércio uma determinada região aumenta sua participação (“novas estrelas”); (b) produtos dinâmicos, nos quais perde participação (“oportunidades perdidas”); (c) produtos não-dinâmicos, em cujo comércio a região aumenta sua participação de mercado (“estrelas min-guantes”); e (d) produtos que combinam um baixo dinamismo com uma perda de participação no mercado (“retiradas”).”(p.39)

Aceitando tal classificação, as economias sul-americanas destacam-se por terem produtos pouco dinâmicos, apresentando maior relevância na sua pauta de exportação. O que se observa é a grande participação no comércio de produtos intensivos em recursos naturais e em mão-de-obra. Embora, recentemente, alguns produtos mais dinâmicos e intensivos em capital tenham ganhado participação nas exportações da região, de modo geral, a observação histórica permite ver nos países sul-americanos uma tendência a depender, do ponto de vista externo, de produtos agrícolas ou manufaturados de baixa tecnologia.

Tal posição não é novidade, no entanto a sua permanência como forma de política para crescimento econômico não é consensual. É comum encontrar defensores de que o condicionamento do ponto de vista externo a tais produtos seria não só resultado do subdesenvolvimento, mas também responsável pela perpetuação do mesmo. Se mudar o padrão das exportações é imperioso para alguns como forma de crescimento econômico, o contrário seria defendido, por exemplo, por aquele que aceitasse a teoria das vantagens comparativas ou suas variações. Seguindo a lógica ricardiana das vantagens comparativas, o sub-continente deveria especializar-se na produção do bem cuja produção é intensiva nos fatores abundantes da região, logo recursos naturais e mão-de-obra.

Neste capítulo, a intenção é discutir a forma como se deve dar a inserção sul-americana no mercado internacional, observando-se analiticamente o histórico da relação comércio e crescimento para a região, principalmente no pós-II Guerra Mundial.

Os anos 50 e 60 tiveram seu marco teórico delineado pelas idéias desenvolvimentistas, com destaque, na América do Sul, à Cepal, que, por sua vez, teve como destaque as idéias de Prebisch e Furtado. Entre os anos 60 e 80 as maiores economias sul-americanas se encontraram sob ditadu-

ras militares e forte intervencionismo estatal. A política comercial, no entanto, sofreu algumas oscilações, afetada principalmente pelas duas crises do petróleo. Nos anos 90, uma onda neoliberal toma forma após a queda do muro de Berlim e da URSS, numa afirmação da hegemonia norte-americana, da qual a América do Sul é zona de influência direta. Na década que se encerra, a política sul-americana apresentou uma “guinada à esquerda”, o que, na prática não afetou profundamente sua política comercial ou a estratégia de crescimento econômico da região.

Um destaque deve ser dado ainda ao já antigo esforço integracionista na região. O ideal oriundo de Bolívar fez surtir diversas tentativas de integração econômica regional ao longo da segunda metade do século XX e instiga, até os dias recentes, iniciativas de fortalecimento dos blocos ainda vivos. A observação desse processo deve se basear, na maior parte, em trabalho anterior do autor sobre os processos de integração da América Latina (FELER, 2007). A força que ganham esses processos na última década se encontra presente no início de artigo de Medeiros (MEDEIROS, 2009):

“With the rise of the new millennium, initiatives aiming at the establishment of an integrated economic area in South America have multiplied. The incorporation of Venezuela in MERCOSUR, the creation of a South American Nations Union (UNASUL), the Bolivarian Alternative for the Americas (or, in Spanish, *Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* – ALBA) have achieved increasing political and economic importance.” (p.1)

O objetivo central desses processos, ainda segundo o mesmo autor seria, “... to empower the bargain power of each country in negotiations with the industrialized countries and to achieve deeper social and economic cohesion”. Ou ainda, como destaca Feler (FELER, 2007):

“A integração se deu como um vetor estratégico de ruptura do quadro de insuficiente dinamismo e produtividade, projetando-se em três direções: A aceleração do crescimento, expansão e diversificação das exportações e o avanço da indústria.

Além disso, num enfoque mais global, visava-se a um aumento do comércio exterior através de um maior poder de negociação.” (p.4)

A América do Sul desenvolvimentista: comércio e crescimento

O pensamento econômico sul-americano sobre o desenvolvimento econômico sofreu grande influência desenvolvimentista a partir de 1948 com a constituição da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, instituição das Nações Unidas destinada a realizar estudos sobre a economia da região. Segundo Feler (FELER, 2007), “A comissão surge no momento em que eram constantes as reclamações latino-americanas contra a exclusão do Plano Marshal e contra o difícil acesso aos escassos dólares, dificultando a economia produtiva regional.”

A primeira presidência da comissão foi exercida pelo argentino Raúl Prébisch, cuja influência deve ser fundamentalmente analisada nesta seção, observando pontualmente seus pontos de vista com relação a comércio e crescimento econômico para a região.

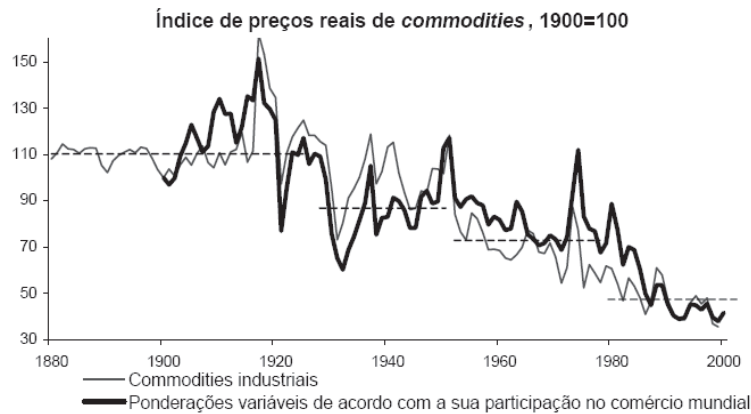
Tendo em vista a posição já referida das economias da região, condicionadas às exportações de produtos primários abundantes em mão-de-obra e recursos naturais, Prebisch (PREBISCH, 2000 [1964]) enxergava três grandes problemas com relação à inserção da economia latino-americana no cenário internacional: os preços dos produtos agrícolas, o acesso aos mercados dos países industrializados e os excedentes agrícolas e sua forma de utilização na política do desenvolvimento. A tese central de Prebisch quanto ao comércio internacional baseava-se na idéia de que os países sul-americanos⁵, como produtores primários, estavam sujeitos à tendência secular de deterioração de seus termos de trocas.

Em estudo recente de Ocampo e Parra (OCAMPO E PARRA, 2002), a tendência suposta por Prebisch é confirmada. Conforme mostra o gráfico abaixo, a partir da análise dos preços internacionais de 24 produtos básicos, de 1900 a 2000, observou-se que os preços de 2000 correspondem a aproximadamente um terço dos preços relativos observados em 1920, numa queda que se aproxima de 1,5% a.a..⁶

⁵ A análise de Prebisch e da maioria dos textos da CEPAL tratam da economia Latino-Americana como um todo. No entanto, no presente trabalho pretende-se centrar no efeito das mesmas sobre as economias da América do Sul, i.e., deixando de lado a dinâmica econômica do México e dos países da América Central.

⁶ O petróleo é exceção como tendência à deterioração dos preços relativos.

Gráfico 2: Preços reais de *commodities* (1880-2000)



Fonte: CEPAL, 2002.

Se válida a teoria de Prebisch, a queda dos preços relativos se daria devido ao fato de a elasticidade-renda dos produtos agrários ser menor que a dos produtos industrializados. Tal tendência seria agravada com o advento do progresso técnico que possibilitaria um aumento da produção primária sem que o crescimento econômico permitido pelo mesmo fizesse surgir uma maior demanda por essa oferta expansiva. Isso derrubaria ainda mais os preços relativos dos produtos agrários e agravaria a deterioração dos termos de trocas dos países sul-americanos.

Como solução, Prebisch sugere que se realizem ações em dois âmbitos. Primeiramente, alerta sobre a necessidade de um acordo internacional que regulasse os preços internacionais das matérias primas, fortalecendo as economias em desenvolvimento diretamente e favorecendo as economias centrais indiretamente, já que um crescimento da renda da periferia permitiria um aumento do consumo de produtos do centro, como o sugere na seguinte passagem (PREBISCH, 2000 [1964]):

“É indubitável que, com o tempo, eles [países industrializados] perceberiam as vantagens desse sistema [de regulação internacional de preços], pois ele constituiria um meio de aumentar as ven-

das feitas aos países em desenvolvimento, em proporção direta ao aumento de poder de compra que esses países conseguiriam ao aumentar suas exportações, em decorrência do tratamento preferencial.” (p.399)

Além disso, ciente da dificuldade de convencer as economias centrais a entrar em acordo pela defesa de economias menores como as dos periféricos países sul-americanos, Prebisch sugere a formação de um bloco econômico regional que, dentre outras vantagens, forneceria maior poder de barganha às economias da região frente às negociações com os países mais desenvolvidos. Maior ênfase à questão da integração regional na América do Sul será dada mais adiante.

A visão de o fato das economias sul-americanas como dependentes da exportação de produtos primários ser um entrave ao crescimento teve, dentre seus defensores, autores como Furtado e Tavares. Tais autores viriam a defender a chamada tese da industrialização por substituição de importações, que seria responsável por grande parte do desenvolvimento econômico sul-americano no século XX. A substituição de importações seria uma estratégia de crescimento alternativa ao crescimento “para fora” (*hacia fuera*) realizado até então por essas economias.

Enxergava-se as economias da região como dependentes da exportação como principal gerador de renda e seria isso um entrave ao desenvolvimento contínuo. Era necessário endogeneizar o motor do crescimento econômico (*hacia dentro*) para que a dependência externa dos países de centro fosse deixada para trás. Nas palavras de Tavares (TAVARES, 2000 [1964]):

“A importância das exportações como principal determinante (exógeno) do crescimento foi substituída pela variável endógena do investimento, cujo montante e composição passaram a ser decisivos para a continuação do processo de desenvolvimento.” (p.224)

O processo de industrialização por substituição de importações (ISI) se iniciou a partir dos “choques adversos” entre 1914 e 1945, que puseram em crise as exportações da região e exigiram outra alternativa à eco-

nomia. Vale observar, entretanto, que, embora tenha logrado sucesso durante um longo período, a ISI não representou independência externa, na medida em que grande parte do investimento mencionado por Tavares foi financiado com empréstimos externos.

A integração econômica sul-americana

A estratégia previamente comentada da integração econômica dos países do sub-continente como um vetor de ruptura do cenário de lento crescimento e alta dependência do setor externo não logrou, até os dias atuais, o aclamado sucesso prometido normalmente a cada documento pró-integração assinado nas inúmeras “*cumbres*” sul-americanas.

Feler (FELER, 2007) observou, a partir de uma análise histórica quantitativa e qualitativa dos diversos processos de integração da região, como a fragilidade e pouco empenho político no âmbito interno aos países-membros impediu que a integração regional alcançasse os louros almejados.

A região teve sua primeira tentativa de integração na Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), em 1960, posteriormente transformada em ALADI. A ALALC viu seu fracasso tomar forma com a falta de empenho dos signatários, com o surgimento das ditaduras militares, e pela pressão externa dos EUA, agravada pela tensão oriunda da Guerra Fria. A marca do insucesso foi a transformação, em 1980, da ALALC na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). A ALADI é, desde então, um palco para acordos bilaterais e uma facilitadora de outros acordos parciais intrarregionais na América Latina, deixando a meta clara do livre-comércio interno a cargo do Pacto Andino e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

O Pacto Andino surge em 1969, recheado dos ideais estruturalistas cepalinos, como uma forma de os países da região andina fazerem frente às grandes economias latino-americanas (Brasil, Argentina e México), no âmbito da ALALC. A integração das economias dos Andes seria uma forma de criar um novo grande ator na América Latina, mas o êxito da idéia foi curto e o período de ditaduras na região abalou qualquer possível sucesso. Além disso, a estratégia industrial estruturalista deixava de lado a questão agrária e o problema da grande semelhança entre as economias participantes.

Em 1996, a integração andina ganhou novo impulso com a transformação do Pacto andino na Comunidade Andina das Nações (CAN). O novo bloco, agora sob uma égide neoliberal influenciada pelo Consenso

de Washington, aumentou o fluxo de bens e de pessoas entre as fronteiras dos países-membros. No entanto, o bloco voltou a perder força na última década. O fato foi que a assinatura de acordos bilaterais, os chamados Tratados de Livre Comércio (TLC's) entre países-membros e países externos (como os EUA), quebravam as regras do acordo inicial. Resultantes conflitos políticos culminaram com o abandono do bloco por parte da Venezuela, maior economia dentre as participantes, e perda de efetividade de sua existência.

O mais famoso dos blocos regionais da América do Sul, certamente, é o Mercosul. Englobando as duas maiores economias do sub-continente, o Mercosul foi também a mais díspar e instável tentativa de integração. Assinado em 1991, o Tratado de Assunção foi fruto do acordo entre governos de viés neoliberal e já não carregava os ideais cepalinos de décadas anteriores. A proposta era ousada e a intenção era alcançar o mercado comum até 1995.

Embora longe das promessas iniciais, os primeiros anos do Mercosul foram de uma euforia positiva que intensificou fortemente as trocas intra-regionais como se observa no Anexo II⁷ deste artigo. Apresentando uma média anual de crescimento do comércio intra-bloco de 25% nos sete anos iniciais e chegando a 41% no ano de 2003, o sucesso do Mercosul declina frente à realidade da dependência externa de seus membros. Com as crises da Ásia e da Rússia, o crescimento acelerado do comércio perde força e medidas protecionistas internas suprimem o interesse comum. Uma aceleração da queda das relações comerciais se dá com as crises internas da Argentina e do Brasil, em 2001 e 2002.

Dentre as recentes tentativas de integração da região, destaca-se uma proposta alavancada pela diplomacia brasileira para a união das dez economias sul-americanas tratadas nesse artigo além de Guiana e Suriname. A formalização da proposta foi feita na Cúpula Sul-Americana de Cuzco, na qual, em 8 de dezembro de 2004, foi assinada a Declaração de Cuzco, pela qual os 12 países assumiam a intenção de integrar-se à então chamada Comunidade Sul-Americana de Nações. Após abril de 2007, o grupo passa a ser chamado de União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Baseada nos moldes da União Européia, a UNASUL aparece com um plano ousado de prazo mais longo do que as tentativas de integração pre-

⁷ O ANEXO II apresenta gráficos utilizados na análise de Feler (2007), a partir de dados da ALADI, sobre o comércio intra-bloco e extra-bloco dos países membros do Mercosul (não se inclui a Venezuela).

cedentes na região, que, por sua vez, nunca cumpriram seus prazos e metas. Com objetivos de união amplos, a UNASUL tem projetos para um mercado comum, para a livre circulação de pessoas e espera-se avançar na integração física, energética, de telecomunicações, ainda nas áreas de ciência e de educação, além da adoção de mecanismos financeiros conjuntos. É importante observar os objetivos traçados de integração social realizados pela UNASUL, embora não sejam esses os aspectos centrais que se deseja focar neste artigo.

Embora tenha enfrentado alguns impasses internos com o Chile, a Argentina e a Colômbia, a UNASUL parece caminhar para a representação da nova cara da união regional da América do Sul. Já a possibilidade do seu sucesso continua dependendo de velhos fatores: estabilidade e autonomia política e econômica na região, e a congruência de interesses nacionais positivos (FELER, 2007).

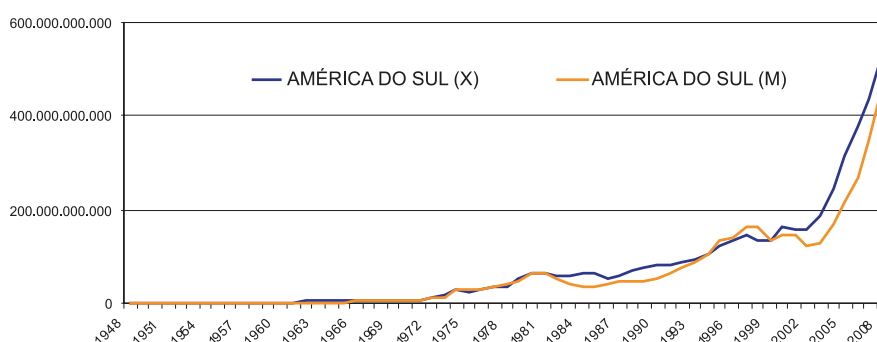
Comércio exterior e crescimento econômico sul-americano: uma observação recente

Uma simples observação histórica do desenvolvimento sul-americano torna inegável o forte laço entre comércio internacional e crescimento na região. Desde os tempos coloniais até meados do século XX, a exportação de produtos primários foi o grande ator econômico na maioria das economias do sub-continente. Durante o século XX, enquanto se davam os primeiros processos de industrialização, diversos choques externos mostraram a vulnerabilidade das economias sul-americanas, o que acaba por instigar o processo de substituição de importações mencionado. Com a industrialização, o comércio perde relevância relativa no produto, mas permanece com grande valor absoluto, não só no que tange às exportações de produtos primários, mas, agora também, com importações de produtos de alta tecnologia e bens de capital. Ao fim do século, a onda de globalização neoliberal que corre o mundo paira também sobre as economias da região e a abertura da maioria de suas economias aumenta não só seu fluxo de comércio, mas também de capitais.

A presente seção pretende observar a inter-relação do crescimento com o comércio nas últimas décadas e indicar, baseado nas observações teóricas e empíricas realizadas ao longo do artigo, uma sugestão de como se deu ou deve se dar a influência do comércio sobre o crescimento econômico para a América do Sul.

Como demonstra o gráfico abaixo, o crescimento do comércio na América do Sul⁸ foi crescente ao longo da segunda metade do século XX. O crescimento do comércio mundial como um todo, a facilidade e o aumento da velocidade com as quais se dão as trocas comerciais no chamado movimento de globalização não poderia supor resultado diferente. No entanto, a aceleração, em cada período, das taxas de comércio da região é que devem ser contrapostas aos níveis de crescimento econômico, a fim de inferir que relação poderia ser observada entre comércio internacional e crescimento econômico para a América do Sul.

Gráfico 3: Exportações e importações América do Sul (1948-2008)



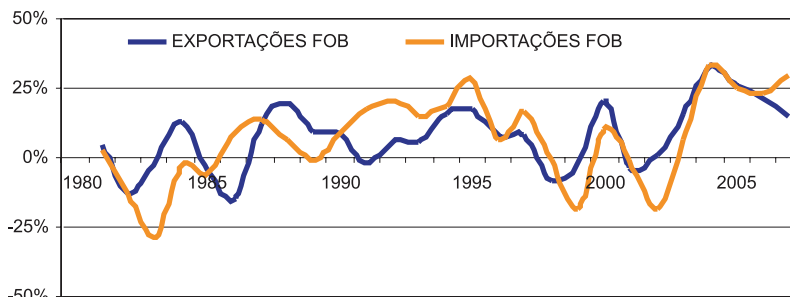
Fonte: OMC / Elaboração própria

Observando os dados do gráfico seguinte, no entanto, nota-se que, ao menos nos anos recentes, as taxas de variação tanto das importações quanto das exportações apresentam grande variabilidade ao longo dos anos, fato que reflete a imensa dependência desses fatores econômicos às taxas de câmbio⁹, do contexto internacional externo (renda externa), da renda interna de cada economia, da política tarifária e de fatores institucionais. O intuito deve ser observar quanto dessas variações influem ou são influenciadas pelo produto interno bruto, usado como medida do crescimento econômico.

⁸ Em todas as análises quantitativas realizadas no trabalho, considera-se como América do Sul suas dez maiores economias, isto é, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Venezuela e Uruguai.

⁹ Uma análise pormenorizada do desenvolvimento das taxas de câmbio seria necessária para um trabalho mais completo, no entanto as diferentes políticas cambiais dos países sul-americanos tornaria tal tarefa demasiadamente longa para ser incluída no presente trabalho.

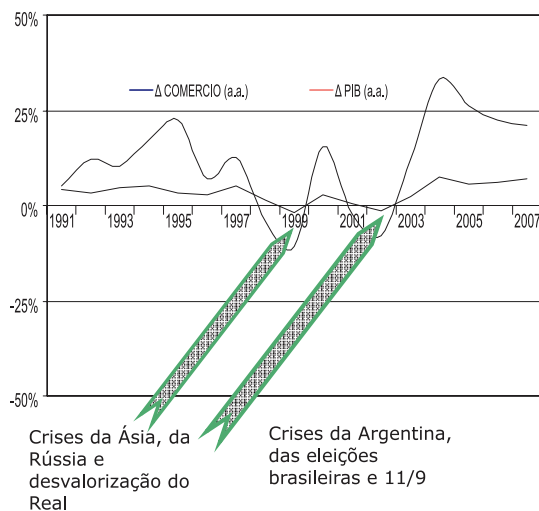
Gráfico 4: Δ Exportações e Δ Importações América do Sul (1980-2007)



Fonte: CEPAL / Elaboração própria

Em dados comparados da evolução do produto da região com o fluxo de comércio, nota-se relativo relacionamento entre os dois fluxos. Em dados desde 1990, nota-se que tanto crises internas, como a da Argentina e das eleições brasileiras em 2001 e 2002, como as crises externas da Ásia e da Rússia em 1997 e 1998, afetam não só o crescimento econômico como também os fluxos de comércio. Vale observar no gráfico anterior que a volatilidade das importações é maior que das exportações, refletindo uma maior vulnerabilidade interna frente à média internacional (ou ao menos aos importadores de produtos sul-americanos).

Gráfico 5: Δ PIB e Δ comércio internacional América do Sul (1991-2008)



Fonte: CEPAL / Elaboração própria

Quanto às políticas comerciais, observa-se como tendência média na região nos anos noventa, um processo de liberalização econômica, inclusive comercial, não só com países externos mas também no que tange ao fluxo intra-regional. No entanto, se comparado aos anos 80, não se pode dizer que tenha havido um grande progresso do ponto de vista do crescimento econômico, como sugeriria a teoria neoclássica tradicional. Os resultados foram na verdade variados. Em uma análise do crescimento médio das três principais economias, observa-se que, embora a Argentina tenha apresentado considerável melhora no crescimento médio anual, Brasil e Venezuela apresentam uma melhora pouco expressiva.

Tabela 1: Δ PIB Argentina, Brasil e Venezuela (1980-2008)

Δ PIB (média anual)	ARG	BRA	VEN
80-89	-0,9%	1,6%	2,0%
90-99	4,3%	1,7%	2,5%
2000-08	3,9%	3,7%	4,7%

Fonte: FMI (World Economic Outlook, Nov. 2009)/ Elaboração Própria

As observações são ainda menos conclusivas quando se compara à década de 70, quando, apesar do maior protecionismo e intervencionismo estatal, os níveis de crescimento econômico anual foram relativamente bem mais altos.

Como já comentado algumas vezes ao longo do artigo, a análise da relação direta entre comércio e crescimento é sempre prejudicada pelos inúmeros fatores capazes de distorcer a influência direta entre os dois. A imensa dificuldade de isolar tais fatores, sejam eles exógenos ou endógenos, em um estudo como o presente que engloba dez economias nacionais, deve ser sempre levada em conta.

Não obstante, o fato de haver uma inconclusão superficial da questão parece favorecer uma idéia de que não haveria uma relação direta entre a política comercial adotada e a sua aplicação em todos os casos das econo-

¹⁰ As regressões utilizadas foram um teste em equações simultâneas para variações anuais dos fluxos de comércio e do PIB das 10 maiores economias do subcontinente e um teste de causalidade de Granger com variáveis defazadas em um período também para as variações anuais de comércio e PIB.

mias sul-americanas (como pareceu supor, por exemplo, o chamado Consenso de Washington).

No intuito de dar mais argumentos ao artigo, foram realizados alguns testes econométricos¹⁰ presentes no artigo original (FELER,2010). Embora um estudo econométrico profundo devesse ser alvo de um outro trabalho específico, os testes realizados no trabalho servem como base referencial para que se apóie o artigo, embora não seja suficiente para uma conclusão por si só.

Os resultados descritos apontam uma maior causalidade na direção da variação do PIB para a variação dos fluxos comerciais, embora aponte-se também, mesmo que com menor relevância estatística, uma pequena relação positiva na direção inversa.

O que se conclui a partir das observações realizadas unidas ao arsenal teórico disponível e às observações empíricas anteriores é que o comércio funciona e sempre funcionou como promotor do crescimento econômico sul-americano. Isso não implica, no entanto, dizer que a política de livre-comércio é mais apropriada para promover esse crescimento. A forma e o momento em que se dão as trocas comerciais influenciam o crescimento econômico, mas nem sempre causam esse crescimento.

Ao se discutir como deveria se dar a relação entre crescimento e comércio internacional na América do Sul, pode-se afirmar que o comércio deveria ser usado como instrumento de crescimento. Em outras palavras, a política comercial deve ser adequada de forma a promover o crescimento econômico. Sua maior ou maior liberalização pode ser eficiente de acordo com a economia tratada e com o momento econômico internacional. A forma a ser elaborada para determinar a política ideal a cada circunstância, contudo, não cabe ser debatida no presente artigo.

A idéia do crescimento liderado pelas exportações (*export led*) no estilo *one-size-fit-for-all* é dificilmente aceita como uma estratégia válida para as economias sul-americanas. O uso da política comercial como ferramenta econômica, que pode ser usada de diferentes formas, de acordo com o *status* macroeconômico do país e com o contexto internacional do período, parece mais adequada. Regionalmente, isso pode ser argumentado a partir de uma observação histórica, quando se nota que, para períodos diferentes, uma mesma economia tem estratégias comerciais diferentes como mais adequadas ao crescimento e, para economias diferentes, em um mesmo período, estratégias diferentes também podem ser vistas como mais adequadas.

Panagariya (PANAGARIYA, 2004) argumenta que o fato de um país reduzir suas barreiras tarifárias durante seu processo de crescimento econômico seria a resposta central à pergunta sobre a eficácia do livre-comércio. O que se pretende argumentar é que o comércio, no caso citado, só aumentaria e promoveria o crescimento econômico, caso as condições macroeconômicas internas e o contexto externo se mostrasse favorável. No caso, por exemplo, de um período de crise econômica internacional ou um período de grandes guerras, talvez a estratégia de abertura comercial não lograsse o mesmo sucesso. O mesmo seria válido no caso de uma economia com alta instabilidade monetária ou cambial, por exemplo. Talvez, nesse caso, uma posição mais protecionista fosse mais interessante para o crescimento econômico desse país.

A história recente sul-americana é repleta de instabilidades internas e de alta vulnerabilidade às crises externas. Tal posição torna uma defesa inequívoca do livre-comércio na região muito pouco robusta. É com base em tais fatos que se defende que a política de abertura ao comércio internacional deve ser uma ferramenta para o crescimento que deve ser usada de formas diferentes, dependendo da época e do país analisado, no intuito de se alcançarem maiores taxas de crescimento no longo prazo.

Resta ainda o questionamento quanto ao comércio internacional no plano interno. Isto é, se a política de livre-comércio nem sempre é a melhor a ser utilizada do ponto de vista externo, cabe perguntar se no plano interno esta deveria ser defendida, como o fazem (ou pretendem fazer) os blocos de integração regional já mencionados.

Embora, talvez, a intuição fizesse levar à conclusão de que, se a abertura comercial internacional nem sempre é promotora do crescimento para as economias sul-americanas, o mesmo valeria para a abertura comercial no âmbito regional; não é exatamente isso que defendem a maioria dos economistas que tratam tal questão. É relativamente comum encontrar tanto economistas pró livre-comércio quanto economistas que defendem mais políticas protecionistas como a integração regional.

Entre os defensores da integração econômica regional, diferem-se os que Medeiros (MEDEIROS, 2009) chama de neoliberais e os progressistas. Os primeiros defenderiam uma abertura regional incondicional, com livre-comércio irrestrito, e são em geral os mesmos defensores do livre-comércio no plano mundial. Os progressistas defenderiam a integração regional condicionada, com medidas compensatórias, numa tentativa de alargar o espaço econômico das economias nacionais integradas e aumentar o poder de barganha no cenário internacional.

Assim, a diferença entre a integração regional e a abertura comercial internacional passa principalmente pelo ganho de poder de barganha em negociações externas ao bloco, e pela possibilidade de compensações, investimentos e processos de redução de assimetrias entre membros de um bloco, o que, em geral, não está incluso na proposta neoliberal de livre-comércio internacional.

O que se observa nas recentes tentativas de integração da América do Sul não é exatamente o que se imagina ideal para que um processo de integração econômica promova crescimento de seus membros. Não se pode afirmar haver um aumento muito significativo do poder de barganha internacional das economias sul-americanas, bem como não se pode afirmar que estejam em atividade projetos efetivos de redução de desigualdade e medidas compensatórias. A princípio, os blocos sul-americanos não lograram o sucesso esperado quando de suas respectivas criações, como se observou em seção anterior e em trabalho de Feler (FELER, 2007). Além disso, pôde-se notar, no exemplo do Mercosul, que as economias mais fortes foram mais privilegiadas do que as menores ao longo do processo de integração. A despeito disso, poucas medidas compensatórias foram tomadas pelo bloco.

O insucesso inicial frente às propostas realizadas não implica, porém, que a integração sul-americana não se encaixe como possível promotora de crescimento da região. Face às dificuldades comentadas e outras mais recentes, como as provocadas pela crise de 2008 e pelos preços dos produtos básicos minerais, cabe ao Mercosul e à Unasul encontrarem saídas político-econômicas que atenuem a inevitável queda de eficiência da integração regional. Além disso, é preciso que medidas compensatórias efetivas e algum mecanismo de redução de assimetrias sejam adotados para que a integração sul-americana resulte nos ganhos de barganha política internacional, aumento de oportunidades econômicas e na cooperação estratégica entre membros, capazes de gerar crescimento econômico para a América do Sul como um todo.

Considerações finais

Bem como se referiram o inglês Benjamin Disraeli e o americano Grover Cleveland, citados na epígrafe deste artigo, a estratégia do livre comércio parece se referir mais a uma situação condicional e transitória do que a uma afirmativa teórica inequívoca. Embora as nações dos dois

Líderes apareçam como as grandes defensoras do livre comércio do mundo moderno, tal postura não seria mais do que uma questão de vantagens momentâneas e sua defesa nem sempre seria a mais fundamentada.

O que se observa ao final destas páginas é que, na busca do crescimento econômico, não é necessariamente verdade que um país deva sempre manter-se fiel a uma dada estratégia comercial. Uma mudança da política comercial adotada pode ser perfeitamente combinada com a manutenção do crescimento, caso uma mudança no contexto internacional ou no panorama macroeconômico interno torne-a necessária.

Igualmente, observa-se que em um dado contexto internacional, em um mesmo período, países diferentes podem adotar políticas comerciais diferentes e lograr o mesmo sucesso no crescimento econômico. Isso pode ser resultado de outros fatores econômicos que podem influenciar o crescimento dos países analisados, como alterações na estabilidade macroeconômica e políticas diferenciadas para a promoção de desenvolvimento tecnológico, questões geográficas, políticas ou ainda culturais.

Enquanto trabalhos empíricos se mostram relativamente inconclusivos quanto à intensidade e a causalidade ou precedência entre o comércio e as variações do PIB, a observação histórica induz a crer que não há uma regra estrita comum a todos os casos, quando se analisa a relação entre comércio internacional e crescimento econômico das nações.

As observações realizadas sobre as economias da América do Sul levam a acreditar que a conclusão sugerida anteriormente deva se aplicar ao caso estudado. É verdade que períodos de abertura comercial lograram trazer uma considerável melhora no ritmo de crescimento econômico de alguns países, como o Chile e a Argentina nos anos 90. No entanto, o mesmo não ocorreu para casos como o do Brasil e da Venezuela. Por outro lado, períodos de relativamente menor abertura da política comercial trouxeram para algumas economias um crescimento mais acelerado do PIB, como se observou na maioria das economias do subcontinente na década de 70.

Diferencialmente da abertura comercial mundial, observa-se ainda que, nos casos de aberturas comerciais regionais, por meio de blocos de integração econômica, pode haver benefícios a mais no crescimento econômico de nações menos desenvolvidas. Ganhos de poder de barganha política internacional e cooperação estratégica são o que buscam obter os blocos sul-americanos atuais.

A história parece mostrar que o livre comércio era uma estratégia resultante da condição encontrada pela Inglaterra de Disraeli e pelos Estados Unidos de Grover Cleveland no século XIX. O sucesso que alcançaram essas duas economias, no entanto, nem sempre foi resultado da mesma “tática comercial”. Similarmente, as economias sul-americanas poderiam estabelecer que a estratégia comercial trouxesse mais crescimento econômico, face ao contexto internacional no qual se inserem, ao estágio de desenvolvimento que presenciam e às condições macroeconômicas internas que vivem.

A estratégia poderia passar não só pelo âmbito do comércio internacional, mas também pelo âmbito do comércio regional e não necessariamente se daria da mesma forma nas duas esferas. Além disso, esta poderia ser elaborada país a país, uma vez que já se observaram os diferentes resultados passíveis de serem encontrados para uma mesma política comercial em diferentes países.

Do ponto de vista da América do Sul como um todo, parece preciso ainda um esforço de cooperação mútua entre os países nos blocos regionais como a UNASUL e o Mercosul, além de políticas de redução de assimetrias, políticas compensatórias e integrações estratégicas em áreas como energia, transportes e desenvolvimento tecnológico, que mereceriam ser aprofundadas.

Dos fatos expostos, fica possível notar que limitações do âmbito da direção da causalidade na interação dos fatores econômicos trabalhados possam limitar conclusões mais normativas. Contudo, o aprofundamento de outros estudos econômicos sobre a questão pode trazer mais luz ao debate. Imagina-se que trabalhos econométricos mais específicos à questão abordada, bem como trabalhos que tratem da interação de outras variáveis da economia internacional como o investimento externo e o fluxo de capitais especulativos, possam, futuramente, complementar a análise aqui realizada.

Conclui-se reafirmando o uso da política comercial como uma ferramenta para a promoção do crescimento econômico, a ser usada da maneira como for requerida pelo contexto externo e interno e suscetível a mudanças ao longo do tempo. Nem o livre comércio nem o protecionismo permanente e irrestrito serviriam como teorias mais adequadas à relação comércio internacional e crescimento econômico, na medida em que a política comercial deveria ser maleável e ajustada às condições de cada nação na sua busca pelo desenvolvimento.

Bibliografia

- ARROW, K. **The economic implications of learning by doing.** *The Review of Economic Studies*, Vol. 29, No. 3 (Jun., 1962), pp. 155-173. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/2295952> em dezembro/2009.
- BARRO, R. J.; SALA-I-MARTIN, X.. **Economic growth.** 2. ed. New York: MIT Press, 2004. 654 p.
- BAUMANN, R. **Coréia – Uma Opção pelo Mercado Externo.** IPRI/FUNAG, 2002. Disponível em www2.mre.gov.br/ipri/Rodrigo/Coréia/Renato%20Baumann.rtf em dezembro/2009.
- BETHELL, L.. **História da América Latina.** 2. ed. v.6. São Paulo: EDUSP, 1998.
- BHAGWATI, J.. **Essays in development economics: Dependence and Interdependence.** Oxford : Basil Blackwell, 1985.
- CEPAL. **Globalização e Desenvolvimento.** Documento elaborado sobre o 29º período de sessões, Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.un.org/esa/desa/ousg/books/pdf/Apresentacao-Globalizacion.pdf> em dezembro/2009.
- DOLLAR, D.; KRAAY, A.. **Institutions, Trade, and Growth: Revisiting the Evidence.** *World Bank Policy Research Working Paper 3004*, March 2003. Disponível em http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/Institutions_Trade_and_growth.pdf em dezembro/2009.
- DOMAR, E.. **Capital expansion, rate of growth, and employment.** *Econometrica* 1946: 137-47. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/1905364> em dezembro/2009.
- FELER, R. D.. **Os projetos de integração econômica na América do sul: uma análise comparativa construtiva.** *Trabalho desenvolvido pelo programa PIBIC/CNPQ sob orientação de FIORI, J. L.* Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2007.
- _____ **A eficiência do comércio internacional como promotor de crescimento econômico – o caso sul-americano.** *Trabalho desenvolvido sob orientação de FIORI, J. L.* Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2010.
- FINCH, D.; MICHALOPOULOS, C.. **Development, Trade, and International Organization.** In. Krueger, Anne. O. *Development with Trade.* ICEG, San Francisco, 1988.

FRANKEL, J.; ROMER, D.. **Does trade cause growth?**. *The American Economic Review*, v. 89, n.3, 1999. Disponível em http://elsa.berkeley.edu/~dromer/papers/AER_June99.pdf em dezembro de 2009.

GUJARATI, D.. **Econometria Básica**. 3 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000. 845p.

HARROD, R.F. **An Essay in Dynamic Theory**. *The Economic Journal*, Vol. 49, No. 193. (Mar., 1939), pp. 14-33. Disponível em: <http://www.sonoma.edu/users/e/eyler/426/harrod1.pdf> em dezembro/2009.

JAYME, F. G. **Comércio internacional e Crescimento econômico: O comércio afeta o crescimento?** *Revista Brasileira de Comércio Exterior/ FUNCEX*. 2002. Disponível em: <http://www.funcex.com.br/bases/69-Teoria%20e%20Politica-FJR.pdf> em dezembro/2009.

JONES, C. I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 178 p.

KRUEGER, A.; BHAGWATI, J.. **Foreign Trade Regimes and Economic Development**. 1973. In. BHAGWATI, J.. *Essays in development economics: Dependence and Interdependence*. Oxford : Basil Blackwell, 1985.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M.. **Economia internacional: teoria e política**. 6. Ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1999. 809 p.

LUCAS, R.. **On the mechanics of economic development**. *Journal of Monetary Economics*, 22: February, 1988. Disponível em: <http://www.fordham.edu/economics/mcleod/LucasMechanicsEconomicGrowth.pdf> em dezembro/2009.

MEDEIROS, C. A. de. **Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina**. In. FIORI, José Luís; TAVARES, M. C.. *Poder e Dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____; **Alternative Models for South American Integration**. (mimeo). 2009. Disponível em <http://vi.unctad.org/joomla/files/vimeet/2009meeting/docs/wednesday/am/Alternatives%20Models%20for%20South%20American%20Integration%20Aguiar.doc> em dezembro/2009.

_____; SERRANO, F.. **Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil**. In. FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.. *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001. 344 p.

_____; SERRANO, F.. **Padrões monetários internacionais e crescimento.** In. FIORI, José Luís. Estados e Moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

OCAMPO, J. A.; PARRA, M. A.. **Los términos de intercambio de los productos básicos en el siglo XX.** *Revista de la CEPAL* 79. 2003. Disponível em http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/19357/lcg2200e_OcampoParra2.pdf em dezembro/2009.

OHLIN, B. G.. **Interregional and international trade.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1933. Reimp.: 1935. 617p.

PANAGARIYA, A. **Miracles and Debacles: In Defense of Trade Openness.** *The World Economy*, Blackwell Publishing, vol. 27(8), p. 1149-1171, 08. 2004. Disponível em <http://129.3.20.41/eps/it/papers/0403/0403002.pdf> em dezembro/2009.

PINHEIRO, A. C.; BONELLI, R.. **Abertura e crescimento econômico no Brasil.** In. GIAMBIAGI, F.; BARROS, O.. *Brasil Globalizado.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PREBISCH, R. **Por uma nova política comercial em prol do desenvolvimento.** 1969 In.: Bielschowsky, R. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, v.1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RICARDO, D.. **Princípios de economia política e tributação/1817.** 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 234 p.

ROBBINS, L.. **An essay of nature and significance of economic science.** 1945. Disponível em <http://mises.org/books/robbinsessay2.pdf> em abril/2010.

RODRIK, D.; RODRÍGUEZ, F.. **Trade policy and economic growth: A skeptic's guide to the cross-national evidence.** 2000. Disponível em <http://www.hks.harvard.edu/fs/drodrik/skepti1299.pdf> em dezembro/2009.

SACHS, J; WARNER, A.. **Economic reform in process of global integration.** *Brookings Papers on Economic Activity*, número 1, 1995.

SARKAR, P. **Trade Openness and Growth: Is There Any Link?** *MPRA Paper* No. 4997, posted 07, 2007. Disponível em http://mpra.ub.uni-muenchen.de/4997/1/MPRA_paper_4997.pdf em dezembro/2009.

SERRANO, F. **Acumulação de Capital, Convergência e Polarização: Notas Sobre o Curso de Teorias do Crescimento,** mimeo, IE-UFRJ: 2008. Disponível em: <http://franklinserrano.files.wordpress.com/2008/>

03/microsoft-word-nota_tecnica_sobre_teorias_do_crescimento__sem_anexo_com_secoes.pdf em dezembro/2009.

SIMONSEN, M. H.. **Teoria do crescimento econômico** / *Folheto* – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro : FGV, 1988. 45f.

STIGLITZ, J. E.; CHARLTON, A. **Livre Mercado para todos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

STOLPER, W.F.; SAMUELSON, P.A. **Protection and Real Wages**. *Review of Economic Studies*, 9: 58–73, 1941.

SZÉKELY, M.; ATTANASIO, O.. **Household Saving in Developing Countries – Inequality, Demographics and All That: How Different are Latin America and South East Asia?** *IADB/BID Working Paper n.427*. 2000. Disponível em <http://www.iadb.org/res/publications/pubfiles/pubWP-427.pdf> em dezembro/2009.

TAVARES, M. C.: **Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil**. 1969 In: Bielschowsky, R. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, v.1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TAYLOR, L. **Economic Openness: Problems to the Century's End**. In.:BANURI, Tariq. *Economic Liberalization: No Panacea*. UNU-WIDER/Oxford University Press, 1991.

THIRWALL, A. **Balance of payment constraint as an explanation of international growth rate differences**. *Banca Nazionale del Lavoro Quaterly Review*. 128: 45-53. 1979.

VINER, J.. **Studies in the theory of international trade**. New York: Harpa & Brothers, 1937. 650p.

WACZIARG, R.; WELCH, K. **Trade Liberalization and Growth: New Evidence**. *National Bureau of Economic Research Working Paper 10152*. Cambridge, MA, 2003. Disponível em <http://www.nber.org/papers/w10152> em dezembro/2009.

WADE, R.. **Governing the Market: Economic Theory and the role of government in East Asian Industrialization**. New York: Princeton University Press, 1990.

WILLIAMSON, J.. **A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1988. 394p.

Estatísticas e séries temporais

CEPAL (www.eclac.org)

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (www.wto.org)

UNCTAD (www.unctad.org)

BANCO MUNDIAL (www.worldbank.org)

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (www.imf.org)

INDEC (www.indec.gov.ar)

IPEADATA (www.ipeadata.gov.br)

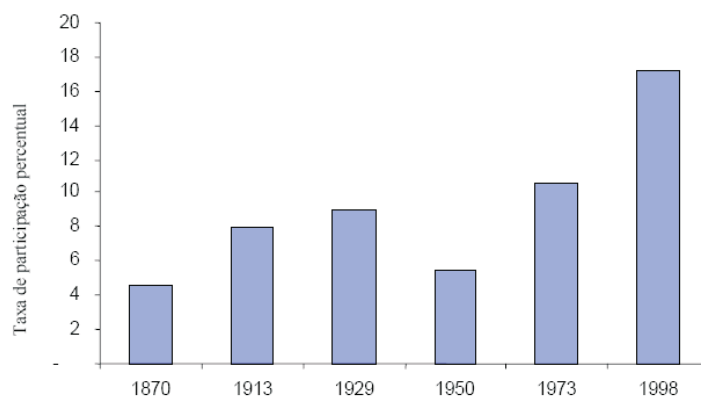
ALADI (www.aladi.org)

ANEXO I

	1870	1913	1929	1950 sem África	1950 com África	1973	1990	1998
Europa ocidental	65.7	56.3	47.4	40.8	38.6	50.3	51.9	47.4
Grã Bretanha	21.7	15.0	12.1	12.7	12.0	5.8	6.1	5.6
Continente	44.1	41.3	35.3	28.1	26.6	44.6	45.8	41.7
Europa central e oriental	5.8	6.0	6.6	8.3	7.8	9.2	5.4	4.9
Estados Unidos e Canadá	10.3	16.4	21.4	26.7	25.3	19.1	17.0	18.6
Outros países industrializados	2.8	4.7	6.2	6.0	5.7	9.6	11.0	9.5
América Latina e Caribe	4.9	7.2	7.9	9.8	9.3	3.9	3.5	5.0
Países asiáticos em desenvolvimento	10.6	9.3	10.5	8.4	7.9	5.1	9.5	13.1
África	-	-	-	-	5.4	2.9	1.7	1.5
Mundo	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Cálculos da CEPAL com base em dados de Angus Maddison, *The World Economy. A Millennial Perspective*, Paris, Centro de Estudos do Desenvolvimento, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE), 2001.

RELAÇÃO EXPORTAÇÕES / PIB MUNDIAL



Fonte: Angus Maddison, *The World Economy. A Millennial Perspective*, Paris, Centro de Estudos de Desenvolvimento, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE), 2001.

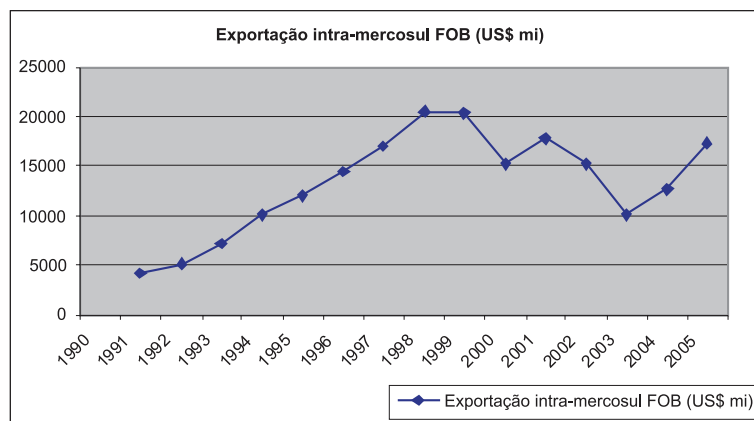
ESTRUTURA DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS POR ORIGEM E DESTINO, 1985 E 2000
(Porcentagens das importações totais do mundo)

Regões de origem	Regiões de destino				Total países industrializados	América Latina e Caribe	Países asiáticos em desenvolvimento	África	Total países em desenvolvimento	Total por origem
	Europa Ocidental	Estados Unidos	Outros industrializados							
A. 1985										
Europa Ocidental	30.0	5.2	1.6	36.8	0.8	2.5	1.2	4.6	41.4	
Estados Unidos e Canadá	3.8	7.1	2.4	13.3	1.1	1.8	0.3	3.2	16.4	
Outros industrializados	2.3	4.8	1.0	8.1	0.3	2.6	0.2	3.0	11.1	
Total países industrializados	36.1	17.1	5.0	58.1	2.2	6.9	1.7	10.8	68.9	
América Latina e Caribe	1.5	2.9	0.4	4.8	0.7	0.2	0.1	0.9	5.8	
Países asiáticos em desenvolvimento	3.5	4.2	4.1	11.7	0.3	3.8	0.2	4.3	16.1	
África	2.9	0.8	0.2	3.9	0.1	0.2	0.1	0.4	4.3	
Total países em desenvolvimento	7.9	7.9	4.7	20.5	1.1	4.3	0.4	5.7	26.2	
Resto do mundo	3.3	0.2	0.3	3.8	0.1	0.8	0.3	1.1	4.9	
Total por destino	47.3	25.2	10.0	82.4	3.4	12.0	2.3	17.6	100.0	
B. 2000										
Europa Ocidental	25.5	4.6	1.5	31.7	1.0	2.9	0.6	4.5	36.1	
Estados Unidos e Canadá	3.7	6.6	1.9	12.2	3.2	2.4	0.1	5.7	17.9	
Outros industrializados	2.0	3.1	0.6	5.7	0.3	3.4	0.1	3.7	9.4	
Total países industrializados	31.2	14.3	4.0	49.5	4.4	8.7	0.8	13.9	63.5	
América Latina e Caribe	0.8	3.7	0.2	4.7	1.0	0.3	0.0	1.3	6.0	
Países asiáticos em desenvolvimento	4.7	5.9	3.8	14.4	0.5	8.2	0.2	8.9	23.3	
África	1.1	0.4	0.1	1.7	0.1	0.4	0.1	0.5	2.2	
Total países em desenvolvimento	6.6	10.0	4.1	20.7	1.6	8.8	0.3	10.7	31.4	
Resto do mundo	3.7	0.5	0.2	4.4	0.1	0.5	0.1	0.7	5.1	
Total por destino	41.6	24.8	8.3	74.7	6.1	18.0	1.2	25.3	100.0	

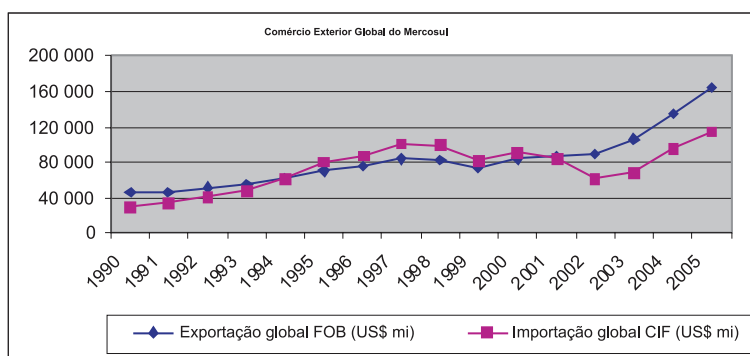
Fonte: CEPAL, TradeCAN 2002, sobre o banco de dados COMTRADE.

Nota: Os dados das importações mundiais referem-se ao total de importações de 82 países informantes. Isso cobre aproximadamente 90% do comércio mundial. O ano de 1985 refere-se à média anual do período 1984-1986. O ano 2000, à média anual de 1999-2000. Os países não incluídos como países informantes são, principalmente, economias em transição. A Europa Ocidental refere-se à União Européia, Suíça, Noruega e Islândia. "Outros industrializados" referem-se ao Japão, Austrália, Nova Zelândia e Israel. "Resto do Mundo" não está incluído como destino por falta de dados. Origem e resto do mundo referem-se a economias em transição, Oceania, exceto Austrália e Nova Zelândia, zonas francas, etc.

ANEXO II



Fonte: ALADI / FELER, 2007



Fonte: ALADI / FELER, 2007